

GT33: Direito à cidade: engajamentos, resistências e lutas por direitos sociais em espaços urbanos.

Michelle Lima Domingues, Priscila Tavares

O GT se propõe discutir práticas, valores, sentidos e representações que, associados à noção de cidadania, se expressam em lutas por direitos sociais na cidade e incorporam processos de demandas materiais e imateriais mormente vinculados à proposição de uma vida digna. São bem-vindos trabalhos etnográficos que expressem análises da dimensão política, moral, jurídica, burocrático-administrativa e pedagógica de tais processos, bem como da consequente produção de subjetividades e práticas de intervenção, cujos sujeitos demandantes de direitos podem ser representados ou mediados por movimentos sociais, associações, organizações comunitárias, ONGs, entidades filantrópicas de maneira geral e/ou agentes estatais. Pontuamos que as desigualdades sociais, fundadas historicamente em um regime de cidadania no país profundamente desigual em sua distribuição, que impõe limites ao acesso a direitos sociais por diversos segmentos e grupos sociais subalternizados na sociedade brasileira, têm se agravado no contexto da pandemia da Covid-19 e da política de austeridade fiscal, ressignificando instrumentos e recursos de acesso a estes direitos. Diante de tal conjuntura desafiadora, propomos debater as diferentes formas de engajamento, de luta e de resistência em espaços urbanos que podem conformar a organização de sujeitos demandantes de direitos sociais (direito à moradia, à educação, à saúde, entre outros), assim como a regulação de relações sociais que pressupõem a cidadania como valor.

Práticas discursivas no cenário das audiências públicas sobre a revisão do Plano Diretor da cidade de São Luís

Autoria: Aericia Souza Malheiros

Este trabalho analisa as audiências públicas da revisão do Plano Diretor da cidade de São Luís. Trata-se de audiências públicas reivindicadas pelos movimentos sociais e aprovadas pela câmara municipal da cidade. Nesse cenário político, observa-se práticas discursivas proferidas por diferentes segmentos sobre o uso do solo urbano e rural da cidade. As diferentes narrativas apresentadas no âmbito das audiências públicas tanto na zona rural como na zona urbana ressaltavam as noções sobre o Plano Diretor e sua possível aprovação. A prática dos discursos ramifica a cidade em diferentes propostas e modelos de cidade que visa alterações sobre o espaço urbano. A partir disso, identifico os segmentos que estão atuando em alianças. Segmentos articulados em coalizões construídas durante o processo de revisão moldam alianças favoráveis a estratégias de cada grupo envolvido nesse jogo político. Cada segmento aliado com agentes, grupos sociais, movimentos sociais que estão em defesa do mesmo interesse para a cidade. Os segmentos aliam com seus pares e transitam em união para provocar e questionar os vereadores a novos diálogos e ao debate sobre a situação social e política. O primeiro segmento aliado dos movimentos sociais luta contra o detrimento de comunidades rurais e incentivam o poder público sobre a necessidade de políticas públicas de cunho urbano. O segmento contrário é composto por empresários que lutam pelo desenvolvimento urbano em defesa da especulação imobiliária e concordam que a cidade precisa de novas modificações para ser atrativa economicamente. A partir dessa ótica, utilizo o conceito de segmentariedade (GOLDMAN, 2001) analisando a política urbana e as formações dos segmentos que visam a luta por modificações do espaço urbano. Conforme Foucault(2013), analisa o discurso como objeto de desejo de quem defende, ou seja, os agentes que estão lutando pelos seus ideais os quais pretendem implantar ou projetar. Os discursos emitidos em cada fala representava a narrativa dos agentes e seus ideais e pretensões sobre o projeto.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

